**Acesso à Justiça e consensualidade: o papel do magistrado**

**Access to Justice and Consensual Mechanisms: The Role of the Judge**

Vanessa Rêgo Menezes[1]

## RESUMO

O presente trabalho aborda a crise do Acesso à Justiça a partir da análise do papel da magistratura na consolidação ou no enfraquecimento da consensualidade. Parte-se da premissa de que o Direito, como ciência social, deve acompanhar as transformações da sociedade e incorporar mecanismos adequados de resolução de conflitos. Sob a perspectiva de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, o Acesso à Justiça deve superar a visão restrita do ingresso em juízo, alcançando soluções efetivas e participativas. Nesse contexto, a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, em consonância com a Agenda 2030 da ONU, introduziu o modelo de justiça multiportas, fomentando práticas como a mediação e a conciliação. O objetivo central é refletir criticamente sobre a atuação judicial como fator determinante para o êxito da política pública de incentivo à autocomposição, questionando em que medida os juízes podem impulsionar ou dificultar a democratização do acesso. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e jurisprudencial, com foco em decisões de primeira instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferidas entre 2022 e 2024 objeto de recursos para a segunda-instância. Utiliza-se a técnica de análise de conteúdo para identificar padrões decisórios e avaliar os efeitos práticos do incentivo, ou da resistência, à aplicação da solução dialógica no cotidiano forense. Os resultados indicam que a efetividade dos meios consensuais depende não apenas da previsão normativa, mas, sobretudo, da postura dos magistrados, cuja atuação pode significar a abertura para soluções mais céleres, dialógicas e compatíveis com a realidade das partes, contribuindo para um novo paradigma de Acesso à Justiça.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Papel do Magistrado. Consensualidade. Resolução 125/2010 do CNJ.

## ABSTRACT

This paper addresses the crisis of Access to Justice by analyzing the role of the judiciary in either consolidating or undermining alternative dispute resolution. It starts from the premise that Law, as a social science, must adapt to social transformations

[1] Bacharela em Direito pela Universidade Estácio de Sá (1994). Mestranda em Justiça Administrativa pela Universidade Federal Fluminense (PPGJA/UFF). Assessora jurídica em gabinete de Desembargador, na 2ª Instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). *E-mail:* vanessaregomenezes@id.uff.br.

and incorporate adequate mechanisms for conflict resolution. Following Mauro Cappelletti and Bryant Garth, Access to Justice should move beyond the narrow view of court access to encompass effective and participatory solutions. In this context, Resolution No. 125/2010 of the Brazilian National Council of Justice, aligned with the UN 2030 Agenda, introduced the multi-door justice model, fostering practices such as mediation and conciliation. The main objective is to critically reflect on the judicial role as a decisive factor for the success of public policies promoting cooperative mechanisms, questioning to what extent judges can enhance or hinder the democratization of access to justice. The research adopts a qualitative approach, based on documentary and case law analysis, focusing on second-instance decisions of the Rio de Janeiro Court of Justice between 2022 and 2024. Content analysis is applied to identify decision-making patterns and to assess the practical effects of judicial support or resistance to such mechanisms in everyday litigation. The findings indicate that the effectiveness of alternative methods depends not only on the normative framework but, above all, on judicial posture, which can open the way to faster and more context-sensitive solutions, contributing to a new paradigm of Access to Justice.

**Keywords:** Access to Justice; Judicial Role; Consensuality; CNJ Resolution 125/2010.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por fim examinar como a ideia de Acesso à Justiça, historicamente vinculada ao exercício do direito de ação e à atuação do Poder Judiciário, precisa ser ressignificada diante da crise estrutural que marca o sistema judicial brasileiro. Embora consagrado como direito fundamental no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, o Acesso à Justiça ainda é compreendido, de forma reducionista, como sinônimo de ingresso em juízo, o que reforça uma cultura de dependência institucional e de delegação da solução dos conflitos ao Estado-juiz.

Essa visão tradicional, de caráter essencialmente adjudicatório, tem contribuído para o agravamento da sobrecarga do Judiciário, cuja morosidade compromete a efetividade da tutela jurisdicional e, por consequência, a confiança social nas instituições. O cenário estatístico atual, revelado por relatórios como o Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), evidencia o descompasso entre a crescente judicialização e a capacidade de resposta do sistema, especialmente no que se refere às demandas das populações mais vulneráveis.

Diante desse panorama, torna-se urgente repensar o modelo vigente. As “ondas renovatórias” do Acesso à Justiça, propostas por Mauro Cappelletti e Bryant Garth em sua obra de referência Acesso à Justiça (Cappelletti; Garth, 1988), oferecem um referencial teórico fundamental para essa transição. A “terceira onda”, em especial, enfatiza a necessidade de mecanismos que promovam a simplificação procedimental, a participação ativa das partes e a valorização de métodos consensuais de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação. Esses instrumentos, além de resgatar a autonomia das partes, contribuem para uma justiça mais dialógica, célere e eficaz.

No Brasil, a Resolução nº 125/2010 do CNJ representa um ponto de inflexão ao instituir a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, com o objetivo de consolidar o modelo de justiça multiportas. Essa política pública busca não apenas desafogar o Judiciário, mas também transformar a mentalidade litigiosa ainda dominante, promovendo uma cultura de autocomposição como meio efetivo de realização da justiça.

Sua implementação, contudo, tem enfrentado resistências práticas, desde a ausência de designação de audiências de conciliação até a baixa adesão dos operadores do direito aos métodos consensuais. Como advertem Owen Fiss e Kazuo Watanabe, a efetividade da autocomposição depende tanto de salvaguardas contra soluções formalmente consensuais, mas injustas, quanto do conhecimento de direitos pelo cidadão.

A presente investigação parte da hipótese de que a efetivação da autocomposição como política pública de justiça depende de uma mudança de mentalidade institucional e cultural. Nesse sentido, o estudo propõe uma análise crítica do papel desempenhado pelo CNJ, pelos tribunais e pelos magistrados na consolidação da autocomposição, considerando tanto os avanços normativos quanto os limites verificados na prática forense.

O capítulo 1 analisa a crise do modelo judicial brasileiro à luz da sobrecarga processual, evidenciando como a morosidade compromete o direito fundamental de Acesso à Justiça.

O capítulo 2 examina as políticas públicas voltadas à promoção da consensualidade, com destaque para a Resolução nº 125/2010, o alinhamento institucional à Agenda 2030 da ONU e as boas práticas implementadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), como a Escola de Mediação e a plataforma +Acordo.

Já o capítulo 3 dedica-se a investigar os entraves culturais e institucionais à efetivação da autocomposição, com foco na atuação do Judiciário e na persistência de uma mentalidade adversarial, que frequentemente impede a aplicação concreta das diretrizes voltadas à solução consensual dos conflitos.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental e jurisprudencial. Serão selecionadas decisões de segunda instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, proferidas entre 2022 e 2024, período em que se intensificou o debate sobre a legitimidade, ou não, da dispensa de audiências de conciliação. O critério de escolha concentrar-se-á em casos que evidenciem a efetividade ou o esvaziamento das políticas públicas voltadas à autocomposição, especialmente à luz da Resolução nº 125/2010 do CNJ e do art. 334 do CPC. Para interpretar os dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo, voltada à identificação de padrões decisórios e à avaliação de como a postura judicial pode fomentar ou inibir a justiça dialógica.

Este estudo deve ser compreendido como etapa inicial de uma investigação mais ampla, a ser aprofundada em sede de mestrado, com o objetivo de examinar, de forma empírica e institucional, os impactos da postura judicial na consolidação dos meios consensuais no sistema de justiça brasileiro.

## 2 O ACESSO À JUSTIÇA E A CRISE DO MODELO JUDICIAL BRASILEIRO

A razão de ser deste capítulo é contextualizar como a morosidade do Poder Judiciário compromete a concretização do direito fundamental de Acesso à Justiça, evidenciando a urgência na evolução do modelo atualmente adotado pela Justiça brasileira.

O Relatório Justiça em Números 2024, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresenta dados estatísticos abrangentes sobre o funcionamento do Poder Judiciário nacional. De acordo com o documento, ao final de 2023, havia cerca de 83,8 milhões de processos em tramitação, sendo que aproximadamente 31 milhões de novas ações foram ajuizadas no mesmo ano — um aumento de 9,5% em relação a 2022. Esse panorama é agravado pela elevada Taxa de Congestionamento, indicador que reflete a dificuldade do Judiciário em dar vazão à crescente demanda, além do Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que mede a capacidade do sistema de julgar os processos que ingressam anualmente (CNJ, 2024) [2].

O tempo médio de tramitação processual varia conforme o tipo de demanda e sua forma de encerramento. Entre a distribuição da ação e a prolação da sentença, é possível que haja decisões interlocutórias impugnáveis mediante agravo de instrumento, remetido à instância superior. Há hipóteses em que sequer ocorre a citação do réu, com o julgamento liminar da causa por ausência de pressupostos processuais ou pela desnecessidade de instrução probatória. Outras vezes, o processo é encerrado por acordo entre as partes. No entanto, mesmo diante dessas variações procedimentais, o aumento contínuo de ações impacta diretamente a celeridade, como leciona Erik Navarro Wolkart (Wolkart, 2019, p. 55) em sua obra Análise Econômica do Processo Civil, comprometendo, por conseguinte, a efetividade da tutela jurisdicional.

A inobservância do prazo razoável para a entrega da prestação jurisdicional mina a confiança da sociedade no Poder Judiciário e evidencia a necessidade premente de estratégias que otimizem o funcionamento do sistema. A morosidade processual não compromete apenas a eficiência institucional, mas também enfraquece a credibilidade do Estado na efetivação dos direitos fundamentais.

[2] “A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos [...] O IAD é um indicador que reflete a capacidade das unidades judiciárias em dar vazão ao volume de casos ingressados. Espera-se que o IAD permaneça sempre acima de 100%, a fim de evitar aumento de acervo”. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Relatório Justiça em Números 2024**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/04/justica-em-numeros-2024.pdf. Acesso em: 16 ago 2025.

Nesse contexto, o Acesso à Justiça, consagrado como direito fundamental no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), deve ser compreendido para além do simples direito de ação. Trata-se da garantia de uma tutela jurisdicional célere e efetiva, apta a assegurar a realização concreta dos direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. Para tanto, impõe-se uma mudança de mentalidade litigante, voltada à pacificação social e à promoção da justiça em sua dimensão substancial.

A obra de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, Acesso à Justiça, (Cappelletti; Garth, 1988), contribui significativamente para a compreensão dessa crise estrutural, ao apresentar as chamadas “ondas renovatórias” do Acesso à Justiça. A “primeira onda” tem por foco a assistência judiciária gratuita aos economicamente hipossuficientes, visando remover barreiras econômicas ao Judiciário. A “segunda onda” volta-se à representação adequada de interesses difusos e coletivos, reconhecendo a insuficiência da tutela individual para proteção de determinados direitos. Por fim, a “terceira onda” propõe reformas estruturais e procedimentais, incluindo a simplificação do processo e a promoção de métodos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação, com vistas a tornar o sistema mais acessível, eficiente e justo (Cappelletti; Garth, 1988, p. 31).

A partir dessas transformações, verifica-se, no âmbito do Direito Privado, uma transição da tradicional heterocomposição — protagonizada pelo Poder Judiciário — para modelos que valorizam a autonomia das partes, como a autotutela e a autocomposição. No campo contratual, por exemplo, tem-se observado a crescente aceitação da autotutela, desde que exercida por meios regulados, com estrutura e função bem delineadas, conforme defende a Raquel Bellini Salles. Dessa forma, promove-se a realização de interesses legítimos sem a necessidade de intervenção estatal, fortalecendo-se a autonomia privada — como também observa Gustavo Tepedino, citado pela autora (Salles, 2019, p. 379).

Ressalve-se, contudo, que a autotutela permanece como exceção no ordenamento jurídico brasileiro, sendo admitida apenas nos casos expressamente previstos em lei. Ainda assim, é reconhecida como uma das formas possíveis de

Acesso à Justiça (Didier; Fernandes, 2024, p. 219-223), por permitir a realização de direitos sem a intermediação judicial.

Essa discussão é especialmente relevante em sistemas de tradição romano-germânica, como o brasileiro, em que a concretização do direito material, via de regra, ocorre por meio do acionamento do Estado-juiz.

É importante destacar, contudo, que autocomposição e consensualidade não são conceitos equivalentes. A consensualidade, de natureza mais ampla, representa um verdadeiro paradigma de democratização do Acesso à Justiça. Nela, as partes deixam de ser meras espectadoras do processo para se tornarem protagonistas da construção de soluções. Essa atuação ativa reduz a alienação em relação ao sistema judicial, fortalece a confiança nas instituições públicas e contribui para a pacificação social, ao romper com a lógica adversarial do litígio.

A relevância da autocomposição como resposta à sobrecarga do Judiciário — e sua eficácia como instrumento de promoção da justiça está apresentado no capítulo seguinte, ao se tratar das iniciativas estatais voltadas à institucionalização de meios adequados de resolução consensual de conflitos e à superação da morosidade na prestação jurisdicional.

## 3 POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA CONSENSUALIDADE

A autocomposição, elemento central da denominada “terceira onda” do Acesso à Justiça, já era valorizada no ordenamento jurídico brasileiro antes mesmo da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015 (Brasil, 2015). Um marco relevante nesse processo foi a assinatura, em 2009, do “II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo” pelos três Poderes da República. Entre os objetivos pactuados, destacou-se o fortalecimento de métodos consensuais de resolução de conflitos, com ênfase na mediação e na conciliação, como estratégias voltadas à pacificação social e à diminuição da judicialização excessiva (Cury; Muniz, 2024, p.5).

Essa diretriz institucional dialoga com experiências internacionais relevantes. Em 1976, o jurista Frank Ernest Arnold Sander, professor da Faculdade

de Direito de Harvard, apresentou, em conferência dedicada aos desafios da Justiça norte-americana, a proposta das *Varieties of Dispute Processes*. Posteriormente sistematizada como *Multi-Door Courthouse System*, a ideia previa a criação de centros de resolução de disputas que oferecessem múltiplos caminhos — adjudicativos ou consensuais — para a solução dos conflitos. Partia-se do pressuposto de que, diante da complexidade dos litígios, o método mais adequado deveria ser escolhido a partir de critérios de adequação previamente definidos (Cury; Muniz, 2024, p.2).

Inspirado nesse modelo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu, em 2010, a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, por meio da Resolução nº 125 (CNJ, 2010). A iniciativa consolidou, em âmbito nacional, o modelo de justiça multiportas, estruturando uma rede voltada à promoção da autocomposição como via legítima para a resolução de litígios. Em sintonia com a proposta de Sander, a política brasileira reconhece que o Poder Judiciário não deve ser a única instância de solução, sendo essencial a oferta de alternativas compatíveis com as especificidades de cada demanda.

A Resolução representa, portanto, um marco na busca por maior eficiência na prestação jurisdicional, especialmente em favor dos grupos mais vulneráveis. Sua implementação também se alinha aos compromissos assumidos pelo Brasil no plano internacional, em particular à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (CNJ, s.d.), que propõe o fortalecimento de instituições eficazes, inclusivas e acessíveis.

Com base nessa diretriz, o CNJ editou a Portaria nº 133/2018 (CNJ, 2018), que instituiu o Comitê Interinstitucional responsável por articular as metas do Poder Judiciário aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial ao de nº 16, com a colaboração dos Tribunais de todo o país. A composição do Comitê foi estabelecida pela Portaria nº 148/2018 e reestruturada pela Resolução nº 291/2019 (CNJ, 2019). Como desdobramento prático, foi aprovada a Meta Nacional nº 9, em vigor a partir de 2020, que prevê ações voltadas à prevenção e à desjudicialização de litígios (RODRIGUES, 2024), reafirmando o compromisso do Judiciário com os

princípios orientadores da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (CNJ, 2020).

Nesse cenário, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) tem implementado iniciativas voltadas à ampliação do Acesso à Justiça e à valorização da autocomposição. Dentre elas, destaca-se a Escola de Mediação, que oferece formação continuada a magistrados, servidores e operadores do direito, incentivando a aplicação prática da mediação e da conciliação (TJRJ, 2022).

Também merece destaque a plataforma +Acordo, voltada à resolução pré-processual de conflitos de consumo. Inspirada no modelo da consumidor.gov.br, a ferramenta permite a atuação de advogados na interlocução entre consumidores e fornecedores antes do ajuizamento da ação (CONJUR, 2024).

Com essas medidas, o TJRJ reafirma seu compromisso com a Meta 9 do Poder Judiciário, aproximando sua atuação dos valores de eficiência, diálogo e responsabilidade social.

Apesar dos avanços normativos e institucionais, os dados ainda apontam para um nível insatisfatório de resolução dialógica no sistema de justiça. Essa métrica, utilizada pelo CNJ em parceria com o PNUD, integra o Índice de Acesso à Justiça (CNJ, 2021), que mede o desempenho de 89 tribunais brasileiros e três tribunais superiores. Os resultados demonstram um descompasso entre os instrumentos disponíveis e sua efetiva aplicação na prática forense.

Desde 2010, o marco normativo da consensualidade foi sendo progressivamente ampliado, com destaque para o Código de Processo Civil de 2015 (Brasil, 2015), a Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação) (Brasil, 2015) e a reforma da Lei nº 9.307/1996 (Lei de Arbitragem) (Brasil, 1996). Esses diplomas incorporaram, de forma expressa, os meios alternativos de resolução de conflitos ao ordenamento jurídico brasileiro. Ainda assim, a simples existência de normas não tem sido suficiente para modificar a cultura jurídica enraizada.

A baixa taxa de acordos homologados em comparação ao volume de processos em curso evidencia essa resistência. Em muitos casos, juízes deixam de designar a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do CPC sem qualquer fundamentação legal, contrariando as diretrizes da Resolução nº 125/2010. Tal

conduta não apenas compromete os objetivos das políticas públicas de consensualidade, como também desestimula o protagonismo das partes na construção das soluções.

Essa resistência não decorre apenas de práticas judiciais, mas também de um *déficit* de conscientização social. Como observa Kazuo Watanabe, é fundamental que o cidadão saiba de seus direitos para efetivamente acessar a justiça: “para o cidadão ter acesso à Justiça, ele precisava saber dos seus direitos” (Watanabe, s.d.). Essa conscientização apoiada socialmente complementa o esforço do CNJ em implantar os mecanismos institucionais, demonstrando que o problema não é apenas normativo, mas também cultural. Mostra-se, assim, que o Acesso à Justiça é um fenômeno multidimensional — normativo, cultural e social — cuja efetividade depende da integração dessas dimensões em políticas públicas consistentes.

Importa ressaltar, contudo, que os métodos consensuais não estão imunes a críticas. Owen Fiss, em seu ensaio *Against Settlement* (Fiss, 1984), adverte que a busca por acordos, em contextos de assimetria de poder, pode conduzir a soluções apenas formalmente consensuais, mas substancialmente injustas. Essas advertências revelam que a consolidação dos métodos cooperativos exige, além de estímulo institucional, salvaguardas capazes de proteger os mais vulneráveis e de assegurar a realização substancial do Acesso à Justiça. Sem tais garantias, corre-se o risco de transformar a consensualidade em instrumento pragmático e esvaziado de efetividade democrática.

Ainda assim, a realidade demonstra que muitos magistrados resistem à prática conciliatória, revelando uma cultura institucional que privilegia a sentença como única forma de resposta ao conflito. No capítulo seguinte, será aprofundada a análise sobre como essa mentalidade adversarial, muitas vezes reproduzida pelos próprios operadores do direito, representa um dos principais obstáculos à consolidação da autocomposição como prática efetiva no sistema de justiça.

## 4 O PAPEL DO MAGISTRADO NA (DES)CONSTRUÇÃO DA CONSENSUALIDADE

A efetivação da autocomposição no sistema de justiça brasileiro enfrenta entraves que ultrapassam a ausência de estrutura ou de base normativa. Embora políticas públicas tenham avançado com a edição da Resolução nº 125/2010 do CNJ, com o Código de Processo Civil de 2015 (especialmente nos arts. 3º, §§ 2º e 3º, e 334) **(Brasil, 2015)**, e com as Leis da Mediação (Lei nº 13.140/2015) (Brasil, 2015) e da Arbitragem (Lei nº 13.129/2015) **(Brasil, 2015)**, a realidade forense demonstra que a cultura do litígio ainda predomina como padrão institucional.

Um exemplo eloquente dessa resistência está na forma desigual como juízes das Varas Cíveis e das Varas de Família tratam a audiência de conciliação. Nas Varas de Família, a obrigatoriedade legal expressa no art. 694 do CPC (Brasil, 2015) para a realização de audiência de conciliação ou mediação em processos que envolvam litígios de natureza familiar, bem como à formação específica de magistrados e servidores, tem favorecido um ambiente mais estruturado para o diálogo.

Não por acaso, os conflitos familiares apresentam índices mais elevados de composição. Nesses contextos, observa-se que a atuação judicial consciente pode contribuir para a transformação da cultura litigiosa, promovendo escuta qualificada, reconstrução de vínculos e protagonismo das partes, passando o Poder Judiciário a atuar como facilitador da resolução cooperada dos conflitos.

Em contraste, nas Varas Cíveis, observa-se frequentemente o esvaziamento da audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC (Brasil, 2015). Muitos juízes deixam de designá-la, determinando apenas a citação da parte ré sob a justificativa genérica de celeridade processual. Tal prática contraria não só a norma legal, que exige designação como regra (art. 334, *caput*), mas também o dever de estímulo à consensualidade previsto no art. 3º, §§ 2º e 3º, do CPC (Brasil, 2015), além da própria política pública de tratamento adequado dos conflitos delineada pela Resolução nº 125/2010 do CNJ (CNJ, 2010). A observação dessa prática, especialmente no cotidiano das Varas Cíveis, não decorre apenas de levantamento teórico, mas também da análise recorrente dos autos submetidos à Segunda Instância, na qual é possível constatar, de forma reiterada, a ausência de designação da audiência inicial mesmo em hipóteses legalmente cabíveis à autocomposição.

Os dados empíricos reforçam essa crítica. Segundo o Relatório Justiça em Números 2024, o índice nacional de realização de audiências de conciliação em 2023 foi de 49,5%. A Justiça Estadual apresentou o maior índice entre os ramos do Poder Judiciário, com 63,5%. Ainda assim, os resultados concretos permanecem limitados: a média nacional de conciliações homologadas na fase de conhecimento foi de apenas 17,8%. Extrai-se do relatório que, mesmo com a vigência do CPC/2015 e a obrigatoriedade da audiência de conciliação, não houve impacto expressivo nas séries históricas, evidenciando que a mudança normativa não foi acompanhada por transformação concreta na cultura institucional (CNJ, 2024).

No que se refere especificamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), dados extraídos do relatório estatístico institucional do primeiro trimestre de 2024 apontam um índice de conciliação na fase processual de apenas 11,19%. A análise dos assuntos com maior número de audiências realizadas pelos CEJUSCs processuais revela que a maior parte das conciliações ocorre em ações de natureza familiar, como alimentos, guarda e regulamentação de visitas, o que demonstra uma integração mais efetiva das Varas de Família com a lógica da autocomposição. Em contraste, as Varas Cíveis não figuram entre os assuntos de maior incidência, evidenciando uma baixa interlocução entre essas unidades e os CEJUSCs. Tal descompasso reforça a percepção de que, mesmo com aparato institucional disponível e com previsão legal expressa, a prática da conciliação ainda é relegada a segundo plano nas rotinas das Varas Cíveis, onde persiste a cultura da decisão imposta e do litígio como resposta padrão (TJRJ, 2024).

O argumento da celeridade como justificativa para suprimir a audiência é falacioso. A conciliação, longe de representar um entrave, frequentemente se revela o caminho mais célere, econômico e efetivo para a resolução do litígio. A dispensa sistemática, sem fundamentação adequada, enfraquece o processo democrático, reduz o contraditório à formalidade e perpetua a lógica verticalizada da imposição estatal da decisão. Em outros, mesmo diante da manifestação expressa de interesse na composição, o Judiciário opta por ignorar essa sinalização, reforçando o modelo contencioso como padrão de resposta institucional.

Essa racionalidade encontra eco na crítica científica. Rafael Mario Iorio Filho e Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva observam que o processo civil brasileiro ainda opera sob a lógica do contraditório como embate, herança da tradição escolástica medieval, em que o juiz figura como árbitro de posições mutuamente excludentes. Nessa concepção, a decisão imposta substitui o diálogo, esvaziando o contraditório de sua dimensão democrática. O processo, assim, perde sua vocação orientadora e pacificadora, reproduzindo a cultura da heteronomia e do litígio (Iorio Filho; Silva, 2015).

Ao negligenciar a audiência de conciliação e tratar a sentença como resposta única e suficiente ao conflito, parte do Judiciário perpetua esse modelo decisório autoritário. A consequência é um sistema que, ao invés de pacificar, multiplica litígios e frustra as expectativas das partes quanto à realização do direito.

A superação desse quadro exige mais do que alterações legislativas ou estruturais. Requer uma transformação cultural profunda no interior do sistema de justiça, em que a resolução dialógica seja compreendida não como alternativa, mas como expressão plena do direito fundamental de Acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal). Esse desafio passa, necessariamente, pela atuação comprometida dos magistrados, cujo papel é decisivo para a consolidação, ou o esvaziamento, da justiça dialógica no processo civil contemporâneo.

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo refletir sobre a consolidação da consensualidade como expressão efetiva do direito de Acesso à Justiça. A partir da constatação da sobrecarga estrutural que afeta o Judiciário brasileiro, buscou-se compreender por que, mesmo diante de uma base normativa robusta e de políticas públicas consolidadas, a lógica litigiosa ainda predomina como prática institucional no cotidiano forense.

O cenário revela um descompasso entre o direito posto e a realidade processual. A Resolução nº 125/2010 do CNJ, o Código de Processo Civil de 2015, a Lei de Mediação e a Lei de Arbitragem expressam, com clareza, o compromisso

institucional com o tratamento adequado dos conflitos. Na prática, no entanto, esses instrumentos ainda não foram plenamente incorporados à dinâmica decisória, especialmente nas Varas Cíveis, onde a audiência de conciliação é frequentemente preterida sob justificativa de celeridade processual.

A análise comparativa entre as Varas de Família e as Varas Cíveis revelou que a atuação judicial é decisiva para o êxito das políticas de métodos resolutivos. Nas Varas de Família, há maior adesão à lógica da escuta e do diálogo, resultando em índices mais expressivos de composição. Já nas Varas Cíveis, observa-se a persistência de uma racionalidade adversarial, que desvaloriza a etapa conciliatória e reafirma o julgamento como resposta padrão. Esse contraste empírico reforça o entendimento de que a efetivação da autocomposição exige mais que previsão legal, requer transformação de mentalidade.

A democratização do Acesso à Justiça passa, portanto, por um deslocamento da dependência exclusiva da tutela jurisdicional para um modelo mais plural, acessível e participativo. Nesse contexto, a mediação e a conciliação constituem ferramentas essenciais para um sistema mais célere, eficiente e sensível às necessidades concretas das partes, ao mesmo tempo em que fortalecem a confiança nas instituições. Reposicionar o Judiciário como instância de solução dialógica, e não como única via possível, contribui para a construção de uma justiça mais efetiva, sem comprometer as garantias constitucionais do devido processo legal e da inafastabilidade da jurisdição.

A adoção de práticas autocompositivas também reforça a efetividade do Estado de Direito, ao ampliar as alternativas legítimas de resolução de controvérsias. Em contrapartida, a judicialização excessiva compromete a eficiência sistêmica e fragiliza a confiança institucional. Políticas públicas voltadas à desjudicialização, com base na consensualidade e nos métodos extrajudiciais, contribuem não apenas para a racionalização da carga processual, mas também para o fomento de uma cultura voltada à cooperação. Além disso, favorecem o uso mais estratégico de recursos públicos, permitindo a redistribuição orçamentária para áreas fundamentais, como saúde e educação.

À luz das reflexões desenvolvidas, observa-se que o Acesso à Justiça não se limita ao ingresso formal em juízo, mas se realiza quando o sistema é capaz de acolher as partes, ouvi-las com atenção qualificada e integrá-las ativamente à construção da solução. Nesse cenário, ao magistrado cabe um papel que transcende a aplicação da norma: o de facilitador do diálogo e da pacificação social. Assumir esse compromisso é alinhar-se a uma justiça que valoriza a corresponsabilidade, em conformidade com a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos e com o ODS nº 16 da Agenda 2030 da ONU, que propõem o fortalecimento de instituições eficazes, inclusivas e voltadas à paz.

Para tanto, é indispensável repensar a lógica do contraditório. Como apontam Rafael Mario Iorio Filho e Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva, o processo civil brasileiro ainda opera sob uma racionalidade adversarial, centrada no confronto entre partes e na imposição da decisão pelo Estado. Superar essa estrutura exige uma concepção de contraditório orientada ao diálogo, à escuta mútua e à construção cooperada da resposta jurídica. Quando essa transformação ocorre, o juiz deixa de ser mero árbitro do conflito para atuar como catalisador de soluções legítimas, aproximando a jurisdição de sua missão democrática.

Reafirma-se, portanto, que a consolidação da justiça dialógica não significa afastamento das garantias processuais, mas sim aprofundamento do compromisso democrático com a efetivação do Acesso à Justiça. Ao adotar postura comprometida com a escuta qualificada, o Judiciário fortalece sua legitimidade institucional e contribui para um modelo mais inclusivo, eficiente e orientado à pacificação social.

Nesse percurso, como adverte Kazuo Watanabe, o acesso não se realiza apenas pela abertura das portas do Judiciário, mas pela efetiva consciência de direitos, sem a qual a autocomposição torna-se esvaziada de sentido. Contudo, como adverte Owen Fiss, a consensualidade não pode ser romantizada: acordos podem ocultar desigualdades estruturais e perpetuar injustiças. É nesse ponto que reside o desafio democrático — assegurar que a autocomposição não seja apenas rápida e conveniente, mas sobretudo justa, acompanhada de salvaguardas que lhe confiram legitimidade substancial.

Este estudo, contudo, não esgota a complexidade do tema. Trata-se de uma etapa inicial, que abre caminho para pesquisas futuras, especialmente no âmbito do mestrado, voltadas a examinar de forma empírica e institucional o papel da magistratura na consolidação da autocomposição.

## REFERÊNCIAS


BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 ago 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.307, de 23 de setembro d 1996.** Dispõe sobre a arbitragem. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9307.htm. Acesso em: 16 ago 2025.

BRASIL. **Lei 13.105, de 16 de março de 2015.** Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 16 ago 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.** Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13140.htm. Acesso em: 16 ago 2025.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CONJUR (CONSULTOR JURÍDICO). **TJ-RJ tem plataforma online de resolução de conflitos com uso de IA.** Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-jul-24/tj-rj-tem-plataforma-online-de-resolucao-de-conflitos-com-uso-de-ia/#:~:text=ACORDO%20R%C3%81PIDO-,TJ%2DRJ%20tem%20plataforma%20online%20de%20resolu%C3%A7%C3%A3o,conflitos%20com%20uso%20de%20IA&text=O%20Tribunal%20de%20Justi%C3%A7a%20do,e%20reduzir%20custos%20e%20burocracia. Acesso em: 16 ago 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Índice de acesso à justiça**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Relatorio_Indice-de-Acesso-a-Justica_LIODS_22-2-2021.pdf. Acesso em: 16 ago 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Meta 9.** Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/06/Setorial-3-Meta-9.pdf. Acesso em: 16 ago 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **O que é a Agenda 2030?** Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/o-que-e-a-agenda-2030/. Acesso em: 16 ago 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Relatório Justiça em Números 2024**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/04/justica-em-numeros-2024.pdf. Acesso em: 16 ago 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010.** Disponível em:https://atos.cnj.jus.br/files/compilado185538202108206l1ffaaaa2655.pdf. Acesso em: 16 ago 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 133, de 21 de junho de 2011.** Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/compilado014124202007095f0675c4a0c72.pdf. Acesso em: 16 ago 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 291, de 23 de agosto de 2019.** Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/compilado192153202107016de15d1ad23b.pdf. Acesso em: 16 ago 2025.

CURY, Cesar; MUNIZ, Daniela (Coord.). Introdução à Justiça Multiportas no Direito Brasileiro in: **Manual de justiça multiportas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

DIDIER JR., Fredie; FERNANDES, Leandro. **Introdução à Justiça Multiportas**: sistema de solução de problemas jurídicos e o perfil do acesso à Justiça no Brasil. São Paulo: Juspodivm, 2024.

FISS, Owen. **Against Settlement**. Yale Law Journal, New Haven, v. 93, n. 6, p. 1073–1090, 1984.

IORIO FILHO, Rafael Mario; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da– **A lógica do contraditório:** ainda somos medievais. CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Disponível em: https://site.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/405y75l2/pl1lO2aGtQDxF62B.pdf. Acesso em: 16 ago 2025.

RODRIGUES, Carolina M. **Desjudicialização**: Uma análise da desconcentração de litígios no sistema judiciário brasileiro. Disponível

em:https://www.migalhas.com.br/depeso/413134/desjudicializacao-uma-analise-da-desconcentracao-de-litigios. Acesso em: 16 ago 2025.

SALLES, Raquel Bellini de Oliveira. **Autotutela nas Relações Contratuais**. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). **"A +Acordo é a plataforma institucional de Resolução Online de Disputas (Online Dispute Resolution – ODR) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)".** Disponível em: https://portaltj.tjrj.jus.br/advogado/servicos/mais-acordo. Acesso em: 12 maio 2025. Acesso em: 16 ago 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJERJ). **Estatística janeiro a março de 2024.** Disponível em: https://www.tjrj.jus.br/documents/d/guest/estatistica-janeiro-a-marco-2024. Acesso em 12 maio 2025.TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ). **Resolução OE nº 34, de 19 de dezembro de 2022** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial. Acesso em: 16 ago 2025.

WATANABE, Kazuo. **Para o cidadão ter acesso à Justiça, ele precisava saber dos seus direitos.** Entrevista concedida ao Projeto Memórias. Faculdade de Direito da USP, 2024. Disponível em: https://direito.usp.br/noticia/159b0ba3e185-para-o-cidadao-ter-acesso-a-justica-ele-precisava-saber-dos-seus-direitos-kazuo-watanabe. Acesso em: 16 ago 2025.

WOLKART, Erick Navarro, **Análise econômica do processo civil**: como a economia, o direito e a psicologia podem vencer a tragédia da justiça. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.